

no Rio de Janeiro, e que por mais que se diga que ia gerar emprego, não aceitamos isso. Nós queremos empresas, queremos fábrica, sim, de montadora de veículos; empresas que venham trazer geração de renda, venham trazer emprego, mas coisas que sejam importantes para a população. Agora, com relação à arma, Rio de Janeiro, o Presidente André Ceciliano, sabe perfeitamente, nós não podemos conviver com a insegurança que já existe hoje e aceitarmos a ampliação de um parque bélico, que seria a construção dessa fábrica aqui no Rio de Janeiro.

Então, votei contrário. E quero parabenizar todos os Deputados que votaram contrário à essa PEC.

Hoje é um dia importante: dia 12 de agosto. Nós votamos contra uma PEC que não ia trazer nenhum benefício à população do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Dani Monteiro. (Pausa)

Não havendo mais Deputados que queiram fazer declaração de voto...

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Peço a palavra para declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, para declaração de voto, o Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para declaração de voto) - Obrigada, Presidente.

Vou declarar e reafirmar o voto contrário à essa PEC. Lembrar que, já dito pelo Deputado Waldeck Carneiro, desenvolvimento é parte de um plano estratégico, porque ele não pode ser fruto de uma ação isolada. Ele precisa ter uma amplitude, ele precisa se comunicar, ele precisa ser articulado, sobretudo, com a sociedade. Desenvolvimento econômico é político, precisa garantir a defesa da vida. E isso tem que ser ponto central, Presidente, e demais Deputados e Deputadas aqui. Também sabemos que quanto mais armas são produzidas, mais armas vão voltar para o nosso País. Temos como exemplo a própria execução da Vereadora Marielle Franco. Essas armas e essas munições acabam sendo irrestreáveis, e isso é uma questão que também precisamos trazer.

É óbvio que a discussão aqui é desenvolvimento econômico, um desejo de que se amplie. Mas, também, é de amplo e notório saber que esse setor não é amplo gerador de postos de trabalho, já, também exaustivamente dito aqui. Então, por isso, não poderíamos ser favoráveis a este Projeto.

Por último, quero dizer que o Estado do Rio de Janeiro é um Estado muito sensível a essas ações e a esse tipo de tema. Tivemos uma conversa muito profunda com diversos movimentos sociais, ações foram feitas em muitos e amplos setores da sociedade em relação à essa PEC. Então, este tema é extremamente sensível. Temos aqui vários especialistas em segurança. Temos, na nossa bancada, especialistas de segurança pública que produzem dados concretos e científicos, e que conhecem por dentro todo este tema.

Então, não poderíamos de maneira nenhuma deixar de declarar o nosso voto contrário, entendendo que a discussão em relação a este tema não pode ser *stricto sensu* somente desenvolvimentista, porque nós estamos falando do Estado do Rio de Janeiro. Quem viveu os anos 90, quem viveu as ações que vivemos e que vivemos nesse contexto hoje, não pode ignorar que este tema não é só *stricto sensu* desenvolvimentista, precisa ser olhado com muita sensibilidade, com muito cuidado, com todas as delicadezas inerentes ao Estado do Rio de Janeiro no que se refere ao debate sobre armas e sobre segurança pública. É impossível não resvalar nesses temas, querendo somente discutir a questão desenvolvimentista.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Peço a palavra para declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Se eu tivesse apostado, teria ganhado.

Tem a palavra, para declaração de voto, o Deputado Márcio Gualberto.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO (Para declaração de voto) - Sr. Presidente, mais uma vez, infelizmente, o Estado do Rio de Janeiro perdeu para o sofisma. O que ouvimos aqui foi isso: o Estado saindo vencedor é uma narrativa habilmente construída para enganar, para falsear os fatos, para iludir os incautos e para desviar a atenção para aquilo que não era o objetivo da PEC que estava sendo votada.

Eu gostaria também de dar gargalhadas, mas, infelizmente, se passarmos pela Av. Graça Aranha, veremos, de uma esquina a outra, famílias inteiras acampadas com crianças, porque esposos estão desempregados. Há pessoas que estão vivendo na miséria, pessoas que poderiam arrumar uma vaga nessa indústria que viria para o Estado do Rio de Janeiro.

É muito interessante que os mesmos que dizem defender a vida - preciso pontuar isso - são favoráveis ao aborto. Os mesmos que dizem ser grandes pacificadores batem palmas para os *black blocs*, para o Antifas, para grupos que se utilizam da violência máxima. São os mesmos que acabaram de dizer, com discursos muito belos, mas vazios, que estão preocupados com a vida dos moradores do Estado do Rio de Janeiro. Não sei se é para gargalhar ou para chorar. Eles se dizem tão preocupados, mas estão batendo palmas para o fim das operações nas comunidades, aprisionadas e oprimidas pelo tráfico. Estão batendo palmas para a não utilização das aeronaves, que salvam vidas.

Como muito bem falou o Deputado Alexandre Knoploch, são pessoas que não produzem nada, que vivem de impostos e sugam aqueles que produzem. Eu trouxe dados também. Uma Deputada diz que trouxe dados, mas dados precisam ser interpretados. Deixe-me repetir o óbvio novamente: dados estatísticos precisam passar por uma interpretação. Quem vai interpretar não parte do nada, interpreta a partir de suas convicções pessoais. Estou mentindo? Estou falando bobagem?

Um Deputado disse também que 80% das armas são ilegais. Só que esses 80% de armas que são ilegais já foram legais um dia. É difícil ficar ouvindo isso. É muito complexo, e falo sem arrogância nenhuma. Não sou estudioso de segurança pública e nem mesmo as pessoas que vão para o embate comigo vão ser noticiadas pelos jornais. Esqueçam isso. Quem sou eu? Quem é o Márcio na fila do pão?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputado.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Já vou concluir, Sr. Presidente.

Infelizmente, foi uma vitória de Pirro. Quem vai perder mais uma vez é a sociedade, que já perdeu demais por causa do esquerdismo dominante. Hoje, o maior problema do Rio de Janeiro, depois da hipocrisia e da corrupção, é a violência, mas ela tem CPF, tem digitais. Ideias têm consequências.

Isto que estamos testemunhando, todo esse caos, é fruto de ideias irresponsáveis que volta e meia aparecem neste parlamento por meio de projetos de lei, aumentando inescrupulosamente o tamanho do Estado, cerceando nossas liberdades, interferindo na vida das famílias, semeando a cultura da morte...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço concluir, por favor, Deputado Márcio Gualberto.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Então, parabéns aos Deputados que se posicionaram favoravelmente. Com toda tristeza eu digo que boa parte daqueles que votaram 'não' não compreendeu a PEC e que a outra parte, os sofistas, de esquerda, ludibriou alguns. Muito obrigado, Presidente.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Pode me inscrever, Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CE-CILIANO) - Deputado Capitão Paulo Teixeira.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Presidente, eu acompanhei todo o debate e lamento profundamente que o Rio de Janeiro venha a perder. O debate se tratava em trono de uma indústria e era sobre ganhos para o Rio de Janeiro e foi levado para o lado ideológico. Sabemos que toda vez em que a ideologia entra nesse tipo de assunto acabamos saindo do foco e entrando no debate puramente ideológico. E quem perde, evidentemente, é a população, é o Estado do Rio de Janeiro.

O debate foi deturpado, totalmente deturpado. Nada tem a ver trazer uma indústria de armamento para o Rio de Janeiro com o fortalecimento de desvio de armas. Sabemos que no Rio de Janeiro há o depósito central de armamento do Exército, que fica em Paracambi, e não temos conhecimento de desvio de armas no depósito central de armamento...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço concluir, por favor, Capitão Paulo Teixeira.

O SR. CAPITÃO PAULO TEIXEIRA - Também no batalhão de armamentos na Vila Militar, não sabemos de desvio de armas lá.

Então, foi tudo uma falácia. Eu, por exemplo, amparado pela legislação, posso ter 6 armas sem ser colecionador - 2 armas de alma raiada, duas armas de alma lisa e duas espingardas. Eu não tenho esse aparato todo. É tudo uma hipocrisia, pois, como foi citado aqui, são contra as armas mas andam armados ou com segurança fortemente armado. Eu, por exemplo, defendo a arma mas não tenho esse aparato de armamento, conforme a própria lei, o decreto de 2019, me assegura.

Muito obrigado pela oportunidade. Lamento profundamente que o Estado do Rio de Janeiro tenha perdido um parque de produção de empregos.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A Presidência encerra a 1ª Sessão Extraordinária. Esgotado o tempo regimental, encerra também o expediente.

Quem quiser usar a palavra pela ordem, vou repassar a Presidência ao Deputado Alexandre Knoploch.

Por favor, Deputado Alexandre, peça moderação. V.Exa., estando na Presidência, poderá usar argumento ideológico, por favor.

Então, o Deputado Alexandre Knoploch será o Presidente.

Boa tarde a todos.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE KNOPLOCH, A CONVITE)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Boa tarde, quem está inscrito, por favor? Quais são os Deputados inscritos pela ordem?

O SR. WALDECK CARNEIRO - Presidente, eu quero me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Waldeck Carneiro, pode começar. V.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Pela ordem) - Obrigado, Presidente. Quero apenas fazer um registro que me parece importante em relação à Cidade de Niterói.

Na data de ontem, celebramos os 201 anos da Câmara Municipal de Niterói, portanto, são mais de dois séculos de funcionamento em Niterói, de ainda quando o Poder Legislativo local era responsável pela gestão da Cidade, com outra denominação à época.

Faço este registro histórico. Eu, que já fui Vereador em Niterói, faço uma saudação especial aos mandatos que compõem a atual legislatura na Câmara Municipal de Niterói, ao Presidente Paulo Bagueira, que foi Deputado conosco durante um período. Mando, portanto, uma saudação especial ao Parlamento Municipal de Niterói, onde circulei, exerci mandato, aprendi, compartilhei ideias, reflexões. Faço este registro importante e uma saudação ao Presidente Paulo Bagueira.

Por outro lado, quero também, Presidente Alexandre Knoploch, repercutir rapidamente o que sinalizou, agora no final, o Deputado Eliomar Coelho. Trata-se de uma discussão importante na área da cultura e da formação. O Deputado Carlos Minc estava conosco também na audiência promovida mais cedo pelo Vereador Reimont, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Ressalto a importância de mantermos e garantirmos o funcionamento da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, que funciona no Centro do Rio, em frente ao CCBB. Já são 20 anos de funcionamento, já formou mais de 20 mil profissionais de diferentes áreas dentro do campo do cinema, de diferentes profissões, de diferentes ofícios, e agora os Correios estão pedindo de volta a área.

Temos que estabelecer uma tratativa, recompor as formas de uso daquele espaço, porque não pode, de uma hora para outra, os Correios desalojarem esse equipamento cultural e de formação tão importante na área do cinema, do audiovisual, como é a Escola de Cinema Darcy Ribeiro.

Insisto: houve uma audiência promovida hoje pelo Vereador Reimont, que preside a Comissão de Cultura, na Câmara Municipal do Rio. Estávamos presentes eu, os Deputados Eliomar Coelho e Carlos Minc - somos da Comissão de Cultura, sob a Presidência do Deputado Eliomar Coelho -, o Vereador Tarcísio Motta e outras pessoas, especialistas, profissionais da escola.

Quero que a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Câmara Federal entendam a importância de defender a manutenção da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, de entrar em tratativas com os Correios, sentar, dialogar, ver quais são as alternativas que podemos construir. É importante que não percamos essa área, que tem a cara do Rio de Janeiro. O audiovisual é uma das áreas marcantes da tradição, da cultura, da vocação carioca e fluminense.

Faço este registro informando que vamos pedir ao Deputado André Ceciliano, por meio da Comissão de Cultura, que expresse um pronunciamento do Poder Legislativo Estadual, da Assembleia Legislativa, em defesa, em apoio, em solidariedade à Escola de Cinema Darcy Ribeiro.

Obrigado, Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Waldeck Carneiro, gostaria, se me permite, de complementar a sua fala.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - No ano passado, fui muito enfático na questão do cinema no Brasil, principalmente no Estado do Rio de Janeiro e, mais além, na Região Metropolitana.

Não sei se V.Exa. sabe, cidades como Nova Iorque e Las Vegas se tornaram a potência turística que são porque investiram no cinema. Elas criaram grandes órgãos formadores na indústria cinematográfica e buscaram, ao redor do mundo, difundir o seu cinema e trazer produções para as suas cidades. Para quê? Para difundir o que aquela cidade tem a oferecer ao mundo inteiro.

Isso se dá também por diversos incentivos fiscais. Hoje, para produzir uma película na Cidade do Rio de Janeiro é caríssimo. Como podem cidades como Rio de Janeiro, Niterói e Angra dos Reis, com um potencial tão exuberante de beleza e para a indústria cinematográfica, não rodarem grandes produções que podem ser difundidas ao redor do mundo?

Fica a minha colaboração e me coloco à disposição para ajudá-lo no que for necessário.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado Alexandre Knoploch, V.Exa. traz exemplos concretos. Isso aconteceu em Nova Iorque, em Las Vegas, em Los Angeles, em Cannes, na França, em Veneza, na Itália, cidades que aproveitaram para desenvolver e potencializar outras vocações a partir da indústria da formação na área do audiovisual.

Essa é uma pauta de todo mundo. Não é uma pauta, obviamente, de matriz partidária, é suprapartidária, em defesa do Rio, em defesa de uma área muito marcante na história cultural, na história do desenvolvimento do Rio e também de um templo de formação com 20 anos de experiência muito importante na área do Cinema e do Audiovisual, que é a Escola de Cinema Darcy Ribeiro.

Agradeço o comentário de V.Exa. e faço um apelo a todos os mandatos, a todas as Deputadas e todos os Deputados que se integrem a essa luta, sob a liderança do Presidente André Ceciliano, para que a Alerj seja um dos bastiões na defesa da permanência da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, onde ela funciona, há 20 anos, na Primeiro de Março, próxima à Avenida Presidente Vargas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Deputado Waldeck Carneiro. Não havendo mais parlamentar inscrito, já que não teremos Expediente Final, pois não entramos na Sessão Ordinária, declaro encerrada a Sessão. Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

(Encerra-se a Sessão às 17h30min)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; ALEXANDRE KNOPLOCH, A CONVITE)

RELAÇÃO DE PARLAMENTARES PRESENTES NA 206ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Capitão Paulo Teixeira, Carlos Macedo, Carlos Minc, Chicão Bulhões, Chico Machado, Chiquinho da Mangureira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Danniell Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Dr. Serginho, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovanni Ratinho, Gustavo Schmidt, Gustavo Tutuca, Jair Bittencourt, João Peixoto, Jorge Felipe Neto, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcus Vinícius, Marina Rocha, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Pedro Ricardo, Renan Ferreirinha, Renata Souza, Renato Cozzolino, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Samuel Malafaia, Subtenente Bernardo, Thiago Pampolha, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Welberth Rezende, Zeidan.

Id: 2264985

Comissões

PERMANENTES

PARECER AO RECURSO

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO PROJETO DE LEI Nº 200/2019, QUE "AUTORIZA A DOAÇÃO DE ARMAS DE FOGO AOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DAS CARREIRAS DE SEGURANÇA PÚBLICA APÓS APOSENTADORIA OU TRANSFERÊNCIA PARA INATIVIDADE."

Autor do recurso: Deputado DELEGADO CARLOS AUGUSTO
Relator original: Deputado RODRIGO BACELLAR

(pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO)

Trata-se de análise do recurso ao Plenário, de autoria do Deputado Delegado Carlos Augusto, com pedido de reconsideração, ao parecer concluído pela CCJ ao PROJETO DE LEI Nº 200/2019, de sua autoria, que "AUTORIZA A DOAÇÃO DE ARMAS DE FOGO AOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DAS CARREIRAS DE SEGURANÇA PÚBLICA APÓS APOSENTADORIA OU TRANSFERÊNCIA PARA INATIVIDADE". Na 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, realizada em 11/09/2019, o relator Deputado Rodrigo Bacellar emitiu parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE, aprovado por unanimidade e publicado no D.O. do Poder Legislativo de 24/09/2019.

Inicialmente, cabe ressaltar que o recurso interposto é tempestivo, embora tenha ocorrido a demora em seu envio pela Mesa Diretora para a apreciação do pedido de reconsideração da CCJ, acrescentando-se, ainda, a necessária e devida atenção desta comissão na análise de projetos de Lei que visam mitigar o impacto da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). O recurso foi inserido para discussão na pauta da 11ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 11 de agosto de 2020.

Durante a discussão, o Deputado Luiz Paulo solicitou que fosse ouvido o deputado Rodrigo Bacellar, relator original na CCJ do parecer ao PL nº 200/2019. Este deputado manteve o seu voto original pela Inconstitucionalidade, não acolhendo o pedido de reconsideração do recurso.

O Deputado Márcio Pacheco apresentou voto divergente pela admissibilidade do recurso e sugeriu a alteração do parecer pela Constitucionalidade.

Colocados os dois pareceres em votação, o parecer divergente pela Constitucionalidade do Deputado Márcio Pacheco recebeu o apoio de dois votos: dos Deputados Alexandre Knoploch e Rosenverg Reis. Já os Deputados Carlos Minc, Luiz Paulo e Waldeck Carneiro seguiram o parecer do relator original Deputado Rodrigo Bacellar pela INCONSTITUCIONALIDADE, consagrando-se, assim, o parecer vencedor por quatro votos pelo não acolhimento do recurso, mantendo-se o parecer original de 11/09/2019.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2020.

(a) Deputado MÁRCIO PACHECO, Presidente

PARECER AO RECURSO

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO PROJETO DE LEI Nº 698/2019, QUE "DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA EMPREENDEDORISMO COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Autores do recurso: Deputados CARLO CAIADO E BEBETO

Relator do Vencido: Deputado WALDECK CARNEIRO

(pelo NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO)

Trata-se de recurso ao Plenário, de autoria dos Deputados Carlo Caiado e Bebeto, com pedido de reconsideração, ao parecer concluído pela CCJ ao PROJETO DE LEI Nº 698/2019, de suas autorias, que "DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DA TEMÁTICA EMPREENDEDORISMO COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", na 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça realizada em 27/11/2019, que emitiu o parecer como relator do vencido o Deputado Waldeck Carneiro pela ANEXAÇÃO AO PL Nº 261/2007, com o voto em separado do relator original Deputado Jorge Felipe Neto pela Constitucionalidade e publicado no D.O. do Poder Legislativo de 21/02/2020.

Inicialmente, cabe ressaltar que o recurso interposto é tempestivo, embora tenha ocorrido a demora em seu envio pela Mesa Diretora para a apreciação do pedido de reconsideração da CCJ, acrescentando-se ainda a necessária e devida atenção desta comissão na análise de projetos de Lei que visam mitigar o impacto da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19). O recurso foi inserido para discussão na pauta da 11ª Reunião Extraordinária Remota realizada em 11 de agosto de 2020.